

Análise Política

Ano 2, 54ª Edição - Brasília, 2/9/2021



Sistema OCB

somos coop

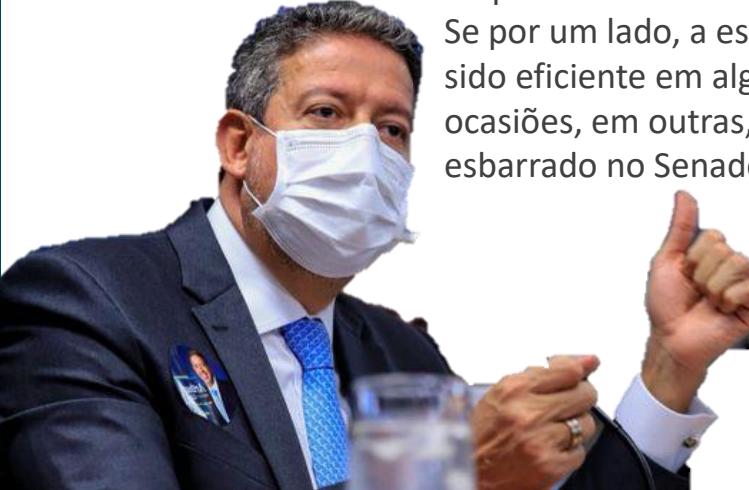
O contraponto entre os presidentes da Câmara e do Senado e seus reflexos na agenda política

Enquanto o mundo político acompanha com atenção os possíveis contornos das mobilizações agendadas para o dia sete de setembro, outro episódio tem marcado a agenda de decisões nos últimos dias: a **aparente disputa entre os presidentes da Câmara e do Senado** pela pauta legislativa, já com importantes reflexos na definição de temas como a Reforma Tributária e na MP de mudanças nas regras trabalhistas. Confira a seguir os impactos do cenário político desta semana para o cooperativismo!

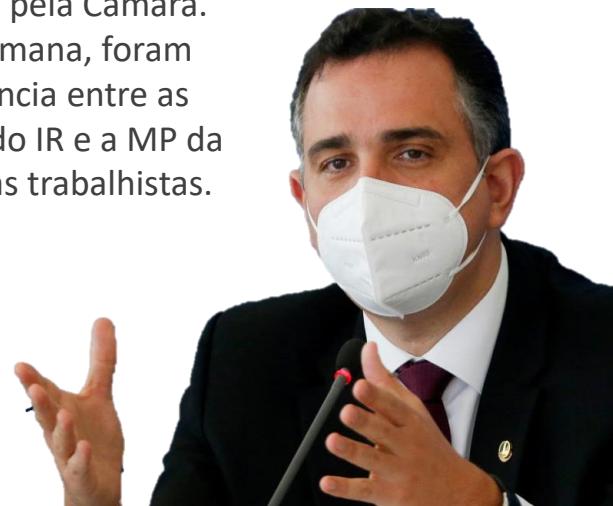


Perfis diferentes à frente das duas Casas Legislativas

Quem costuma acompanhar as votações no Congresso Nacional, conhece a máxima: “só vai a voto se tem acordo”. A **busca de consenso em proposições** normalmente ocorre de forma prévia, nas reuniões de lideranças partidárias. Neste ano, porém, as coisas mudaram um pouco de figura. Veja como os diferentes perfis dos presidentes da Câmara e do Senado têm interferido na agenda legislativa.



O presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), tem adotado postura de maior **rigidez**, incluindo temas na pauta de plenário mesmo sem amplo consenso entre os partidos. Se por um lado, a estratégia tem sido eficiente em algumas ocasiões, em outras, tem esbarrado no Senado.



Já o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), tem adotado posição de maior **independência** ao governo e às decisões tomadas pela Câmara. Somente nesta semana, foram objeto de divergência entre as Casas a Reforma do IR e a MP da mudança de regras trabalhistas.

Contraponto

Consensos e divergências: a relação entre Câmara e Senado em 2021

Marcos críticos da pauta legislativa em 2021

O início do ano, foi marcado pela grande convergência na pauta entre Senado e Câmara, tendo como diretriz o ajuste fiscal. Marcaram este momento a votação da **PEC Emergencial**, com a garantia do teto de gastos e a previsão da prorrogação do auxílio emergencial, a suplementação de recursos para o programa de vacinação e a autonomia do Banco Central.

Agenda de Ajuste Fiscal

Maior nível de convergência

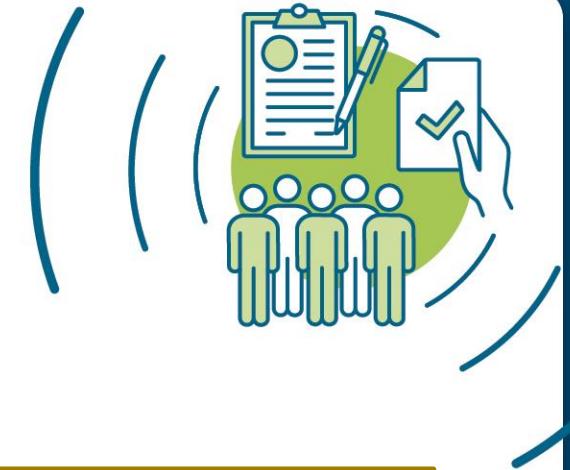
O atrito entre Câmara e Senado ficou aparente com o maior **tensionamento** do governo com o STF. Arthur Lira colocou em votação algumas medidas defendidas pelo Governo, como a PEC do Voto Impresso, além de barrar pedidos de impeachment de Bolsonaro. Por outro lado, Pacheco tem pedido harmonia entre poderes, e barrado o avanço de pressões sobre o STF.

Grau de apoio ao Governo

O atrito entre Casas subiu nos últimos dias, com a rejeição da MPV 1045/2021, que trata de mudanças trabalhistas no Senado. Além disso, Rodrigo Pacheco se posicionou contrário ao **avanço da Reforma do IR** e da volta das coligações na Reforma Eleitoral, ambas votadas recentemente pela Câmara. O embate se dá pelo mérito, mas principalmente pela atual conjuntura.

Reformas

Menor nível de convergência



Aspectos interessantes sobre a Reforma do Imposto de Renda

Para além do impacto da proposta, a votação da Reforma do IR tinha uma enorme importância simbólica para o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira. Derrotado na votação da PEC do Voto Impresso, teve na aprovação do Projeto de Lei (PL) 2337/2021 (Reforma do IR), nesta quarta (1/9), por 398 votos favoráveis e 77 contrários a demonstração de força do presidente da Câmara. Além disso, o **credencia como articulador** de um possível acordo para a Reforma Tributária do Governo (PL 3887/2020 – CBS).

Principais pontos da Reforma do IR



IRPJ/CSLL - Redução da alíquota base do IRPJ já em 2022 para 8% e da CSLL em 1% a partir de 2022 - de 9% para 8%, caso haja aumento da arrecadação, em consequência da revogação de alguns benefícios tributários. Alíquota IRPJ 18% + 9% CSLL = 27% (podendo chegar a 26%, caso a CSLL seja reduzida).



Lucros e Dividendos - Alíquota de 20% incidente sobre lucros e dividendos pagos sob qualquer forma e a pessoa física ou jurídica, inclusive as domiciliadas no exterior. Isenção para os seguintes casos: (i) coligadas com participação mínima de 10%; (ii) controladoras e sociedades sob controle comum; (iii) incorporadoras sujeitas ao RET; (iv) entidades de previdência complementar e seguradoras; (v) empresas no Simples; e (vi) PJ submetida ao lucro presumido com faturamento inferior a R\$ 4,8 milhões.



Aspectos importantes sobre a MP das regras trabalhistas

O Senado Federal rejeitou, nesta quarta-feira (1/9), por 47 votos a 27, a Medida Provisória (MPV) 1045/2021, que tratava do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda e também criava os programas PRIORE e REQUIP, que impactavam o Sistema S.

Principais pontos da MPV 1045/21



Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda – Estendia o prazo para que empregadores reduzam a jornada de trabalho e salário, bem como extensão da possibilidade de suspensão do contrato de trabalho dos empregados.



PRIORE e Requip – Visava a entrada de jovens no mercado, bem como a contratação de trabalhadores maiores de 55 anos. Os programas possuíam impacto para o Sistema S.



Minirreforma trabalhista – Alterava a CLT para tratar de pontos como dupla-visita, horas-extra, carga horária de mineradores e justiça gratuita.



Perspectivas do atual cenário para o cooperativismo no Congresso

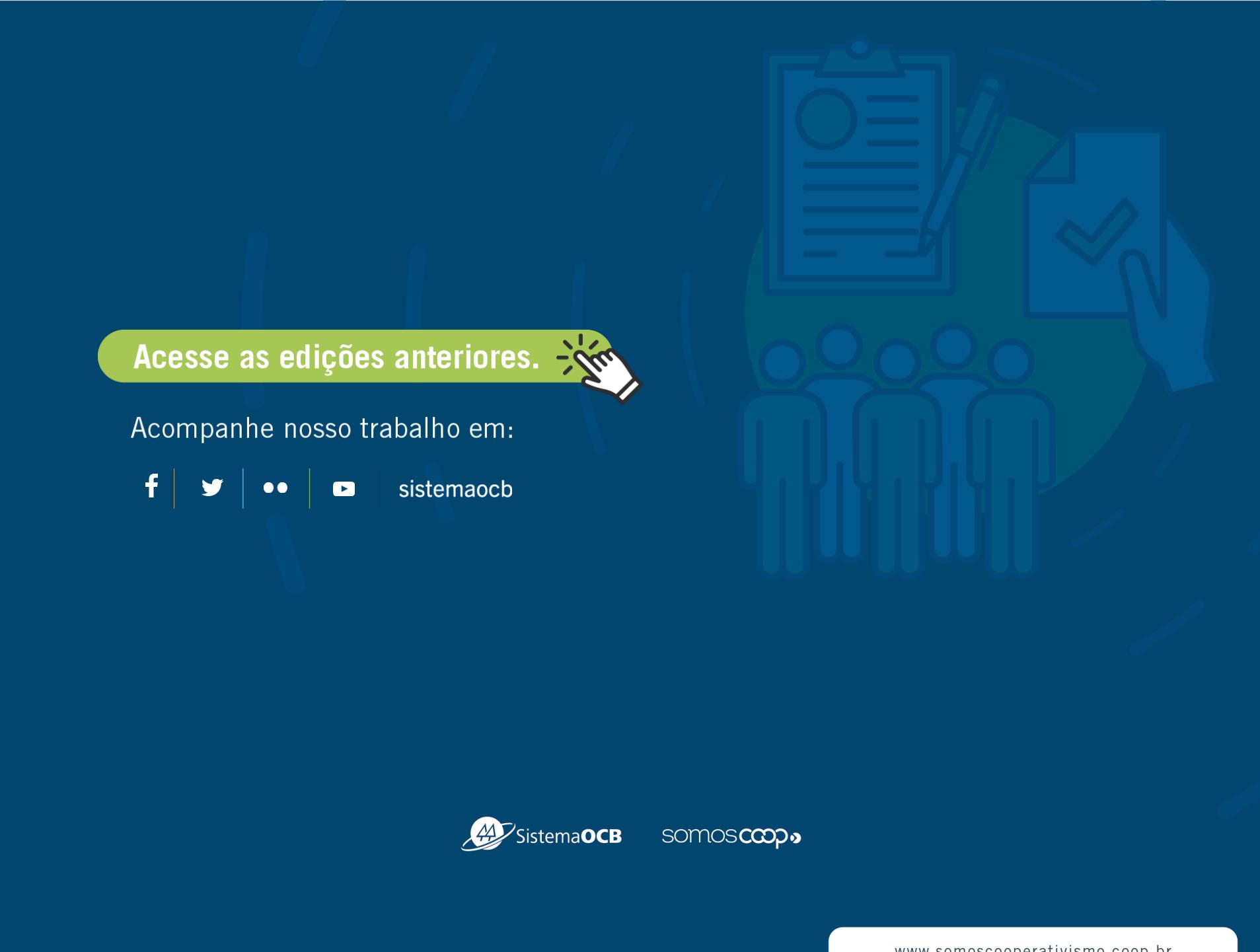


Preocupações acerca da CBS (PL 3.887/20): A tributação do ato cooperativo trazida pela proposta do Poder Executivo é distorcida, já que isenta de CBS, ao invés de excluir da base de cálculo (trata o ato cooperativo como benefício e não como adequado tratamento tributário previsto na Constituição Federal de 1988). Ainda, exceta o ato cooperativo às cooperativas de consumo sem justificativa. Com a aprovação da proposição de reforma do Imposto de Renda nesta semana na Câmara dos Deputados, o PL da CBS ganha mais espaço para discussão.

PEC 110/2019: Há perspectiva de que o texto seja apresentado no Senado em breve. A OCB está realizando rodadas de reuniões com senadores visando garantir a inclusão da Emenda 8, que esclarece o conceito do adequado tratamento tributário às sociedades cooperativas, com o objetivo de trazer segurança jurídica ao nosso modelo de negócios. O Senador Roberto Rocha, relator da PEC na CCJ do Senado, incluiu a emenda no parecer apresentado em 2019, mas solicitou o retorno do relatório para reexame.



A OCB lança hoje página com materiais e insumos para a defesa do ato cooperativo junto aos parlamentares no âmbito da Reforma Tributária. Acesse e confira!



Acesse as edições anteriores. 

Acompanhe nosso trabalho em:

